

Revista

PARLASUL

EDICIÓN N° 41 - DEZEMBRO 2024

**COOPERAÇÃO REGIONAL:
Combate ao Tráfico de Pessoas no MERCOSUL**



Revista PARLASUL

EDIÇÃO Nº 41 - DEZEMBRO 2024



Versão digital
espanhol e português



MESA DIRETORA DO PARLASUL

FABIANA MARTIN Presidenta
ADOLFO MENDOZA Vice-presidente
ARLINDO CHINAGLIA Vice-presidente
DERLIS MAIDANA Vice-presidente
MARIO COLMAN Vice-presidente

REVISTA PARLASUL

Direção
RAFAEL REIS
Edição
MARÍA SOFÍA ÁLVAREZ
MARIA JULIA CARVALHO
Redação
ANDRÉS STEIN
LORENA FOIZER
MARIA JULIA CARVALHO
MARÍA SOFÍA ÁLVAREZ
ROCHELLE CARNEIRO

As opiniões expressas nos artigos assinados refletem apenas o ponto de vista pessoal do autor.

Índice

4 Combate ao Tráfico de Pessoas no MERCOSUL

Artigo Especial

- | | | | |
|----|--|----|---|
| 10 | Carolina Brill
Especialista Regional Sênior
de Proteção e Assistência a
Migrantes da OIM
Entrevista | 31 | Sub-representação feminina por
bloqueios legais
Opinião Parlamentar |
| 14 | PARLASUL realiza Sessão em Córdoba
e aprova importantes projetos sobre
comércio, trabalho e direitos humanos
Notícias | 32 | José Hernández: escritor argentino
História Latino-americana |
| 16 | Aprovados projetos para fortalecer
a economia social e fomentar o
desenvolvimento sustentável na região
Notícias | 33 | O Papel do Estado e a desigualdade
foram o foco do debate no Fórum
contra o Trabalho Infantil
Comissões |
| 18 | Aprovadas a criação da Comissão de
Integração Fronteiriça e Declaração
sobre a Venezuela
Notícias | 34 | Democracia, Representação e
Desafios das mulheres no MERCOSUL
foram o centro do debate no
Fórum do PARLASUL
Comissões |
| 20 | PARLASUR realiza sessão especial em
Itaipú binacional
Notícias | 36 | Observatório da Democracia
acompanha segundo turno
eleitoral no Uruguai
Comissões |
| 21 | Audiência Pública em Foz do Iguaçu
analisa desafios em infraestrutura,
logística e livre circulação
Notícias | 37 | Observadores do PARLASUL
destacam transparência e segurança
nas Eleições Municipais 2024 no Brasil
Comissões |
| 24 | Fabiana Martín
Presidenta do PARLASUL
Entrevista | 38 | Estatuto da cidadania do MERCOSUL
Cidadania |
| 30 | Apresentação das Diretrizes para
a Governança das Plataformas
Digitais no PARLASUL
Notícias | 40 | O PARLASUL participa do Fórum
Mundial de Alimentação 2024
Opinião Parlamentar |
| | | 41 | A Tava
MERCOSUL Cultural |

Combate ao Tráfico de Pessoas no MERCOSUL

COOPERAÇÃO REGIONAL

O tráfico de pessoas continua sendo um dos crimes mais graves que afetam as zonas de fronteira dos países que compõem o MERCOSUL. Este flagelo, que impacta principalmente mulheres, crianças e migrantes em situação de vulnerabilidade, tem sido um desafio persistente para as autoridades regionais. Apesar dos esforços conjuntos entre os governos e organismos internacionais, o tráfico de pessoas segue sendo uma ameaça aos direitos humanos e à segurança na região.

Agência PARLASUL. As fronteiras compartilhadas por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai são frequentemente utilizadas por redes criminosas para o tráfico de pessoas. De acordo com dados fornecidos pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), as rotas que atravessam essas zonas são as mais utilizadas pelas redes de tráfico devido à fragilidade dos controles migratórios e à alta mobilidade da população na região.

Estima-se que 2,5 milhões de pessoas sejam vítimas de tráfico de pessoas em todo o mundo. Desse total, 13% das vítimas de tráfico detectadas na Europa Central e Ocidental provêm de países da América do Sul, segundo dados da Oficina das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC).

De acordo com números recentes da OIM, mais de 3.500 vítimas de tráfico foram identificadas nos últimos cinco anos nas zonas de fronteira do MERCOSUL, sendo 60% mulheres e 30% menores de idade.

Por outro lado, na publicação “Avaliação Rápida de Evidências sobre Riscos de Proteção da População Migrante na América do Sul – Fase II”



(OIM 2023), quando detalham a situação do Cone Sul, especificamente Bolívia, Argentina e Uruguai, afirmam que, nos últimos dois anos, a maior parte da população migrante através da região sul é composta por pessoas de nacionalidade venezuelana [...] também são encontradas pessoas de nacionalidade boliviana, peruana, brasileira, paraguaia e cubana, e de diversos países africanos, algumas utilizando a Bolívia como país de trânsito para se dirigir ao Chile.

Foto: Muse
Mohammed, OIM

Ao destacar a situação das mulheres migrantes nas fronteiras do MERCOSUL, mencionam como a vulnerabilidade econômica facilita situações de tráfico. Por exemplo, citam que em locais como a fronteira entre Uruguai e Brasil, algumas mulheres [...] recebem ajuda para transporte, comida ou roupas por meio de serviços sexuais pagos.

Além disso, exploram a desconfiança nas instituições e a entrada irregular, expondo os migrantes a redes de tráfico de pessoas nas fronteiras, já que “a maioria da população que chega ao Uruguai [...] entra de maneira irregular”. Além disso, “muitas pessoas não possuem documentos de identidade válidos e atualizados de seu país de origem [...] alguns foram enganados por redes de tráfico ilícito de migrantes.”

Outro aspecto relevante no MERCOSUL é o fato de que “os migrantes extra MERCOSUL não podem acessar a residência [...] muitos também não têm familiares que facilitem a residência por meio de reunificação familiar.”

Entretanto, “a ampla tradição de garantia de acesso aos direitos humanos desses 3 países (Bolívia, Argentina e Uruguai) faz com que existam mecanismos institucionais na região, os quais costumam garantir o

Tráfico de pessoas em Áreas de Fronteira do MERCOSUL

Nos últimos 5 anos, mais de 3.500 vítimas foram identificadas	Vítimas	Mais de 1.200 vítimas receberam atendimento médico e psicológico nos centros de fronteira.
60% das vítimas identificadas são mulheres	Gênero e Idade	30% das vítimas são menores de idade
50% das vítimas são exploradas sexualmente.	Tipos de exploração	38% são vítimas de trabalho forçado
15 operações conjuntas entre países do MERCOSUL nos últimos 3 anos	Operacional e rotas	Principais rotas: Argentina-Brasil, Paraguai-Brasil e Argentina-Paraguai

Fonte: OIM, MERCOSUL, Ministério da Saúde do Brasil e Ministério da Saúde do Paraguai (2022-2023).

exercício dos direitos humanos da população migrante.” Nesse ponto, se destacam a importância da cooperação regional e o compromisso com os direitos humanos no MERCOSUL, que ajudam a proteger os migrantes nas zonas de fronteira.

As vítimas de tráfico nas zonas de fronteira geralmente enfrentam dificuldades adicionais devido à sua condição de migrantes irregulares. De acordo com dados do Ministério da Saúde do Paraguai, a falta de acesso aos serviços de saúde e apoio psicossocial agrava a situação das pessoas resgatadas dessas redes criminosas.

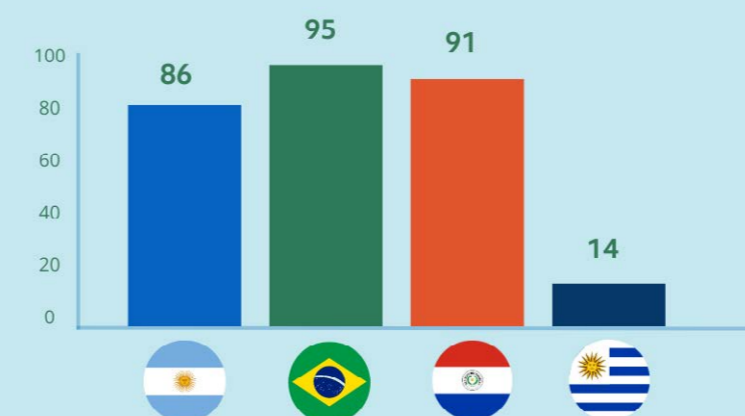
A Procuradora Carina Sánchez, titular da Unidade Especializada de Combate ao Tráfico de Pessoas do Ministério Público Fiscal do Paraguai, indicou à imprensa internacional que: “Falando da Tríplice Fronteira, temos muitos departamentos e cidades vizinhas que são identificadas há 20 anos como cidades e departamentos de origem de vítimas de tráfico, seja tráfico na região, tráfico para a Europa, e ultimamente, nos últimos anos, estamos identificando muitos casos de tráfico com a finalidade de exploração laboral no Brasil, por exemplo.”

Os programas de atendimento às vítimas, embora presentes em todos os países membros do MERCOSUL, enfrentam desafios como a escassez de recursos e pessoal capacitado. Em 2023, foram reportados mais de 1.200 casos de vítimas que receberam atendimento médico e psicológico nos centros de fronteira, mas muitos outros seguem sem acesso a serviços básicos, segundo o Ministério da Saúde do Brasil.

Nas zonas de fronteira do MERCOSUL, o tráfico de pessoas continua sendo um problema alarmante que afeta principalmente mulheres e jovens. De acordo com o portal Dados Colaborativos contra o Tráfico de Pessoas (CTDC, em inglês) da OIM, Argentina e Paraguai apresentam uma alta porcentagem de exploração dentro de suas fronteiras, enquanto o Brasil experimenta casos significativos de exploração internacional em países como Suíça e Espanha. As vítimas geralmente são predominantemente mulheres, representando 79% na Argentina, 85% no Brasil e até 100% no Paraguai. Por sua vez, a exploração sexual é o tipo de abuso mais comum em cada país, embora no Brasil também seja registrada uma proporção considerável de exploração laboral, equivalente a 26%. A vulnerabilidade das vítimas aumenta com fatores de gênero e idade, pois 30% das vítimas são menores de idade e 60% são identificadas como mulheres.

A distribuição etária das vítimas revela uma concentração no grupo de 18 a 20 anos em vários países, como Argentina, Brasil e Uruguai, indicando um alto risco para jovens nessa faixa etária. Além disso, o atendimento às vítimas nos centros de fronteira, assim como as operações de segurança conjunta, demonstram os esforços na região para enfrentar essa problemática, embora as rotas de tráfico sigam ativas em corredores como Argentina-Brasil e Paraguai-Brasil. As infografias evidenciam a urgência de estratégias e políticas regionais focadas na prevenção, proteção e combate ao tráfico nas áreas limítrofes do MERCOSUL.

Número de Vítimas por País



Fonte: Dados Colaborativos contra o Tráfico de Pessoas (CTDC) (2024)

Ações no MERCOSUL

No âmbito do MERCOSUL, os países membros intensificaram seus esforços por meio do Subgrupo de Trabalho N° 11 “Saúde” e das Reuniões de Ministros do Interior e Segurança, onde foram adotadas medidas conjuntas para combater o tráfico de pessoas. A colaboração com organismos internacionais, como a OIM, tem sido essencial na identificação de vítimas e no apoio à sua reabilitação.

Foram implementados projetos regionais, como o “Modelo Regional de Fortalecimento de Capacidades e Coordenação do Setor de Segurança e Justiça”, que envolve 14 países da região com o objetivo de aprimorar a resposta ao tráfico de pessoas. A Rede Ibero-Americana de Procuradores Especializados em Tráfico de Pessoas e Tráfico Ilegal de Migrantes (REDTRAM) facilita o intercâmbio de informações e a colaboração entre os países para tratar de casos de tráfico que atravessam fronteiras.

A comunicação eficaz e a sensibilização são cruciais para prevenir o tráfico de pessoas, informando as comunidades sobre as técnicas utilizadas pelos traficantes e os canais de atendimento disponíveis. O Observatório do Crime Organizado e da Segurança Cidadã do MERCOSUL destacou a importância de harmonizar as leis entre os Estados membros para enfrentar o tráfico de pessoas de maneira mais eficaz.

No início de 2023, foram constituídas mesas interinstitucionais com países como Brasil, Bolívia e Paraguai, em cumprimento aos objetivos do Plano Nacional Bienal 2022-2024, que prevê a necessidade de criar grupos de trabalho interinstitucionais nas fronteiras, reforçando a plataforma de trabalho regional dos países sul-americanos.



As Iniciativas do PARLASUL

Por outro lado, o Parlamento do MERCOSUL, em 2018, recomendou ao Conselho do Mercado Comum o Protocolo para prevenir e combater o Tráfico de Pessoas, que tem como objetivo estabelecer critérios e diretrizes de ação, visando à proteção e prevenção do crime de tráfico de pessoas de maneira integral; incorporar às legislações internas do bloco o referido Protocolo; criar uma Comissão Especial com o propósito de coordenar, planejar e organizar diversas ações; enviar aos governos dos diferentes países, em razão da circulação de pessoas nos postos de fronteira; e espera-se contar com o apoio do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH) para avaliar a viabilidade de se constituir como observador dessa ação, com o objetivo de alcançar maior efetividade em seu cumprimento e continuidade.

Um ponto importante deste Protocolo é que ele prevê as situações típicas do crime de tráfico de pessoas nas zonas de fronteira dos Estados Partes e Associados. Considerando que os controles migratórios nos postos de fronteira são um ambiente especialmente propício para detectar vítimas de tráfico de pessoas que se encontram em fase de captação, traslado ou transporte. Sem prejuízo dos compromissos internacionais relativos à livre circulação das pessoas, as Partes reforçarão, na medida do possível, os controles nas fronteiras necessários para prevenir e detectar o tráfico de pessoas.

Outra iniciativa do PARLASUL é a Recomendação ao CMC para formar um Grupo de Trabalho, composto por Parlamentares do MERCOSUL e representantes dos Ministérios de Segurança ou Interior, para elaborar propostas e estabelecer um Programa MERCOSUL para prevenir e combater delitos com impacto regional, como o narcotráfico, o tráfico de pessoas e a venda ilegal de órgãos, entre outros.

Perspectivas e Conclusões

O tráfico de pessoas nas zonas de fronteira do MERCOSUL continua sendo um desafio urgente, que exige a atenção conjunta dos governos, organismos internacionais e da sociedade civil. Os números são claros: milhares de pessoas continuam sendo exploradas e submetidas a condições desumanas na região, e apenas por meio de uma cooperação sólida e coordenada será possível combater esse crime.

Essas estatísticas alarmantes destacam a urgência de reforçar os controles nas fronteiras e melhorar a cooperação regional para enfrentar esse crime.

O Parlamento do MERCOSUL segue comprometido com essa causa, promovendo a criação de políticas públicas que garantam a segurança e os direitos humanos em todas as fronteiras da região. Como parte desse esforço, espera-se que os próximos anos marquem um ponto de inflexão na luta contra o tráfico de pessoas no MERCOSUL.

Carolina Brill

ESPECIALISTA REGIONAL SÊNIOR DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A MIGRANTES DA OIM

Especialista Regional Sênior de Proteção e Assistência a Migrantes do Escritório Regional para a América Latina e o Caribe da Organização Internacional para as Migrações (OIM), no Panamá. Carolina está há 12 anos na OIM, trabalhando em diferentes regiões. Atuou como chefe da Unidade de Apoio a Programas na Turquia, onde passou mais de 7 anos. Neste período, trabalhou na Resposta Regional à Crise da Síria e em programas de gestão da migração. Anteriormente, trabalhou nas Filipinas em várias respostas de emergência, no Escritório Regional para a Ásia-Pacífico na Tailândia, na Unidade de Desenvolvimento de Projetos, e no Panamá, em um projeto de refugiados implementado no Darién. Possui diploma em Geografia e mestrado em Estudos de Desenvolvimento Internacional com Especialização em Migração.



Agência PARLASUL. Gostaríamos de contar com um panorama atualizado sobre a situação do tráfico de pessoas nesta região, considerando tanto dados qualitativos quanto quantitativos fornecidos pela OIM. Quais fatores sociais, econômicos ou estruturais influenciam na proliferação do tráfico nessas áreas fronteiriças?

Para começar com informações sobre o contexto migratório na região, gostaria de destacar que a maioria das entradas nos países da região ocorre por meio de canais oficiais, utilizando rotas regulares, mas há um número crescente de migrantes em situações de alta vulnerabilidade que recorrem a vias não formais e a travessias/caminhos não oficiais, o que gera um mapa de rotas complexo e dinâmico, com movimentos predominantes em direções Sul-Sul e Sul-Norte.

A migração irregular implica graves riscos à segurança das pessoas. A falta de acesso a documentos migratórios e/ou de identificação, em combinação com a violência organizada, o deslocamento forçado, a violência sexual e de gênero, entre outros fatores, dificulta a capacidade de acessar mecanismos que permitam migrar de forma segura, ordenada e regular.

Além disso, economicamente, a falta de oportunidades de trabalho e o alto índice de desemprego impulsionam as pessoas a buscar alternativas que, infelizmente, as levam a cair nas mãos de traficantes. Há testemunhos comoventes das vítimas, que frequentemente são enganadas com promessas de emprego e melhores condições de vida, ficando presas em redes de exploração.

De acordo com os dados mais recentes, fornecidos pelo relatório global sobre o tema do Departamento de Estado dos Estados Unidos, o tráfico de pessoas nas Américas tem mostrado um aumento significativo nos últimos anos. O número de vítimas identificadas na região aumentou de 11.676 em 2022 para 18.292 em 2023.

É extremamente alarmante o aumento de crianças e adolescentes identificados, representando 28% do total. Outro dado que caracteriza o tráfico de pessoas na região é seu caráter intrarregional. Quase a totalidade das pessoas identificadas são originárias das Américas, 98%.

No entanto, esses números representam apenas os casos detectados, já que o tráfico de pessoas muitas vezes é ocultado e subnotificado. É provável que sua verdadeira magnitude seja muito maior e atinja milhões de pessoas.

A falta de acesso a documentos migratórios e/ou de identificação, em combinação com a violência organizada, o deslocamento forçado, a violência sexual e de gênero, entre outros fatores, dificulta a capacidade de acessar mecanismos que permitam migrar de forma segura, ordenada e regular.

Agência PARLASUL. A partir da experiência da OIM, quais são as modalidades mais frequentes de exploração enfrentadas pelas vítimas nas zonas fronteiriças?

De acordo com os dados elaborados pelo Centro Colaborativo de Dados para o Combate ao Tráfico de Pessoas (CTDC, na sigla em inglês), de quase 18.000 vítimas exploradas na região das Américas, um pouco mais de 70% são exploradas com fins de exploração sexual, enquanto cerca de um quinto são vítimas de tráfico com fins de exploração laboral.

Entre os casos identificados de vítimas exploradas na região das Américas, as mulheres representam mais de 80% dos casos. Vale destacar que quase um terço das vítimas exploradas nas Américas são crianças e adolescentes. Isso contrasta com o conjunto global de dados sobre vítimas, que apresenta uma proporção maior de adultos.

Fazendo um enfoque nas crianças e adolescentes explorados globalmente, segundo o relatório da OIM focado na infância, 43,4% das vítimas foram exploradas com fins de trabalho forçado.

Segundo a análise dos dados, os meninos têm mais probabilidade de serem vítimas de trabalho forçado do que as meninas.

Em relação às diferenças de gênero, a análise mostra que uma maior proporção de meninos é vítima de tráfico para a agricultura, mendicância e construção em comparação com as meninas, enquanto mais meninas são vítimas de tráfico para o trabalho doméstico e a hotelaria.

É importante destacar que as redes de tráfico de pessoas não operam apenas em zonas fronteiriças. Atualmente, também por meio das redes sociais, são detectados anúncios e atividades de recrutamento.

Agência PARLASUL. Estamos interessados em saber se há perfis específicos que prevalecem entre as vítimas de tráfico nas fronteiras do MERCOSUL e se certos grupos (como mulheres, crianças e idosos) são particularmente vulneráveis.

É importante destacar que as redes de tráfico de pessoas não operam apenas em zonas fronteiriças. Atualmente, também por meio das redes sociais, são detectados anúncios e atividades de recrutamento.

O tráfico de pessoas costuma ser impulsionado pela pobreza, desigualdade, violência armada, crime, instabilidade política, desastres naturais e outros fatores de deslocamento e vulnerabilidade, como as mudanças climáticas. Portanto, as pessoas em situação de vulnerabilidade são mais propensas a se tornarem vítimas, devido à situação de desespero que os fatores mencionados anteriormente criam, o que leva essas pessoas a buscar oportunidades, às vezes no exterior, o que pode resultar em exploração.

Não existe um perfil único, mas, como mencionei anteriormente, mais de 80% das vítimas são mulheres. Embora níveis mais altos de educação sejam amplamente considerados um fator protetor que reduz a vulnerabilidade ao tráfico, as situações de crise que geram altos riscos de vulnerabilidade podem neutralizar esses fatores de proteção.

Agência PARLASUL. Existem protocolos específicos ou acordos de cooperação entre os Estados membros do MERCOSUL para trabalhar conjuntamente no combate ao tráfico de pessoas?

A OIM trabalha junto aos Estados para prevenir e combater o tráfico de pessoas. Diversas ações conjuntas foram realizadas nesse sentido em cada país e também em nível regional. A Plataforma Regional contra o Tráfico de Pessoas e o Tráfico Ilícito de Migrantes (PRETT) é uma iniciativa inovadora e fundamental para a prevenção e combate a esse crime transnacional, que inclui 10 países da América do Sul. O objetivo é contribuir para a segurança, o respeito e a proteção dos direitos humanos, tanto a nível nacional quanto regional, por meio do fortalecimento das capacidades dos atores institucionais, em conformidade com as normas internacionais, além dos padrões e boas práticas no assunto.

Por outro lado, existem vários mecanismos entre os Estados membros do MERCOSUL, como, por exemplo, o Mecanismo de Articulação para o Atendimento a Mulheres em Situação de Tráfico Internacional, criado em 2014; ou o Guia de Atuação Regional para a Detecção Precoce de Situações de Tráfico de Pessoas em Passos Fronteiriços do MERCOSUL, criado em 2012 e que atualmente está em processo de atualização com o apoio da OIM.

Agência PARLASUL. Queremos destacar as iniciativas atuais da OIM na região, tanto em termos de prevenção quanto de assistência às vítimas e punição dos traficantes. Além disso, em termos de políticas públicas e cooperação regional, que ações adicionais seriam necessárias para reforçar o combate ao tráfico nas fronteiras do MERCOSUL?

O tráfico de pessoas é um crime transnacional, complexo e dinâmico, o que apresenta grandes desafios para a interação e troca de informações entre os países, com o objetivo de preveni-lo e detectá-lo.

As mudanças climáticas aumentam a vulnerabilidade das pessoas frente a crimes como o tráfico de pessoas. É necessário que as políticas relacionadas ao meio ambiente e às mudanças climáticas tenham um enfoque de gênero que permita responder aos riscos enfrentados por mulheres, adolescentes, meninas e pessoas com SOGIESC (Orientação

Sexual, Identidade de Gênero, Expressão de Gênero e Características Sexuais) diversas.

Entre as principais recomendações para reforçar o combate ao tráfico nas fronteiras, destaca-se a necessidade de ampliar as ações de divulgação, levando em consideração os diferentes idiomas das áreas-alvo. É essencial informar sobre novos riscos e formas de recrutamento. Além disso, é importante promover uma maior participação das comunidades locais e das organizações da sociedade civil nas ações de prevenção, sensibilização e assistência (em áreas transfronteiriças, rurais e territórios indígenas).

Diante do rápido avanço e inovação desse crime, é necessário inovar os mecanismos de detecção de casos de tráfico e canalização de denúncias, como plataformas digitais com apoio técnico de especialistas em crimes cibernéticos e delitos eletrônicos.

É importante destacar o trabalho de coordenação e apoio técnico que a OIM vem realizando no âmbito do Programa EUROFRONT, junto com o Foro Especializado Migratório (FEM), órgão temático subordinado ao MERCOSUL, onde se reúnem Ministros do Interior e Segurança. Um exemplo dos resultados desse trabalho é a aprovação da versão atualizada da Guia de Detecção Precoce. Esse marco foi acompanhado pelo lançamento de ferramentas pedagógicas que facilitarão a implementação e adaptação da guia nos âmbitos nacionais. Além disso, é fundamental promover capacitações voltadas para o funcionalismo público e agentes de primeiro contato com as vítimas, para facilitar a detecção de casos e identificar possíveis vítimas, evitando que o crime ocorra.

São indispensáveis mecanismos de coordenação regional, como a já mencionada Plataforma Regional PRETT, para promover a troca de campanhas, boas práticas e questões críticas sobre conscientização e sensibilização do fenômeno.



Fotos: Carolina Brill

“Diante o rápido avanço e inovação desse crime, é necessário inovar os mecanismos de detecção de casos de tráfico e canalização de denúncias”



PARLASUL realiza Sessão em Córdoba e aprova importantes projetos sobre comércio, trabalho e direitos humanos

Agência PARLASUL. No dia 11 de novembro, o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) realizou sua XCVII Sessão Ordinária na Legislatura da Província de Córdoba, Argentina, sob a presidência da Parlamentar Fabiana Martín (Argentina). Durante a Sessão, foram debatidos e aprovados temas de relevância regional, reafirmando o compromisso do MERCOSUL com a paz, a integração e o desenvolvimento social e econômico.

A Presidenta do PARLASUL, Fabiana Martín, destacou o simbolismo da Sessão, afirmando que “esta Sessão histórica simboliza o valor do trabalho conjunto no MERCOSUL,” e ressaltou ainda o compromisso do Parlamento com a integração regional.

Durante a Sessão, vários projetos de destaque foram aprovados, como a Declaração do MERCOSUL como uma região de paz, impulsionada pelos Parlamentares Fabiana Martín e Franco Metaza (Argentina), que defendeu a neutralidade do bloco diante de conflitos bélicos extrarregionais.

Além disso, foi celebrada a assinatura de 24 acordos entre o Uruguai e a China, com o Parlamentar Rodolfo Eiben (Argentina) convidando os países do bloco a buscar tratados semelhantes com o gigante asiático, fortalecendo assim as relações econômicas do MERCOSUL com atores extrarregionais.

Outros temas importantes foram tratados na Sessão, como a Recomendação para a transição do mercado de trabalho na Quarta Revolução Industrial, apresentada pelo Parlamentar Gustavo Arrieta (Argentina), o qual sublinhou a necessidade de enfrentar os desafios tecnológicos para garantir que os avanços beneficiem todos os cidadãos.

Também foi aprovada a Declaração de interesse pelo Corredor Bioceânico “Pircas Negras” e destacada sua importância como uma rota estratégica para a conectividade entre o Atlântico e o Pacífico. A esse respeito, o Parlamentar Yamil Sarruf (Argentina) pediu a reativação dessa passagem fronteiriça, que foi fechada durante a pandemia.

A questão da proteção dos direitos das minorias também ocupou um lugar de destaque na agenda, com a Parlamentar Victoria Donda (Argentina) apelando aos Estados Partes para aderirem a um guia de igualdade e não discriminação.

Por fim, o Parlamento declarou seu apoio à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, promovida pelo governo brasileiro na presidência do G20, e apoiou a participação da Reunião

Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) nesses esforços, conforme destacado pelo Parlamentar Bohn Gass (Brasil), autor da proposta.

Além disso, o PARLASUL expressou sua satisfação pelo 126º aniversário do jornal argentino “El Liberal”, reconhecendo seu papel histórico na comunicação e no jornalismo na província de Santiago del Estero.

III Sessão Especial

Antes da Sessão Ordinária, foi realizada a III Sessão Especial do PARLASUL, com a presença do Governador de Córdoba, Martín Llaryora, do Presidente Provisório da Legislatura de Córdoba, Facundo Torres Lima, e do Deputado Roberto Mirabella, Presidente da Comissão do MERCOSUL da Câmara dos Deputados da Argentina.

O Governador Llaryora destacou a importância de Córdoba como anfitriã deste evento histórico e incentivou os presentes a continuarem trabalhando pela integração regional, além de ressaltar o PARLASUL como um espaço fundamental para o desenvolvimento de relações culturais, a definição de marcos legislativos comuns e a defesa da democracia na América do Sul.

Da mesma forma, Torres Lima sublinhou a importância da participação das províncias no MERCOSUL e destacou o papel de Córdoba no desenvolvimento econômico da Argentina. Já Mirabella enfatizou a relevância da integração argentina, descrevendo Córdoba como “berço do federalismo e da universidade pública” na Argentina e defendendo o fortalecimento da democracia na região.





Aprovados projetos para fortalecer a economia social e fomentar o desenvolvimento sustentável na região

Agência PARLASUL. No dia 23 de setembro, o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) realizou sua XCVI Sessão Ordinária no Congresso Nacional do Paraguai, em Assunção, presidida por Derlis Maidana, Vice-presidente do PARLASUL pelo Paraguai. Vale destacar que a inauguração foi conduzida pelo Presidente do Congresso, Basilio Núñez, que ressaltou o compromisso do governo paraguaio com a integração regional.

Debate de Tema Livre

Nesta Sessão Plenária, os Parlamentares abordaram uma variedade de temas, desde a situação política na Venezuela e na Bolívia, até a representação da mulher na política e a importância da democracia.

O Parlamentar Fabricio Cascino (Argentina) expressou sua preocupação com a recente detenção de mais de 2.000 pessoas na Venezuela. Da mesma forma, a Parlamentar Miriam Niveyro (Argentina) questionou a falta de atenção a temas como a Venezuela e a Bolívia no Parlamento.

Por sua vez, a Parlamentar Clotilde Padilla (Bolívia) defendeu os direitos dos presos políticos em seu país. A Parlamentar Lilia Puig (Argentina) destacou a necessidade de instituições democráticas funcionais, lembrando que “a representação popular é um direito”.

O Parlamentar André Amaral (Brasil) destacou a importância da participação feminina na política, afirmando que “existem dois grandes fatores que limitam essa participação: a forma patriarcal e as diferenças econômicas”.

A Parlamentar Lilian Samaniego (Paraguai) acrescentou que “a democratização começa nos lares”, sublinhando a necessidade de uma representação equitativa de homens e mulheres na política.

Por fim, o Parlamentar Rodrigo Gamarra (Paraguai) ressaltou o papel do MERCOSUL como um “motor de crescimento social e político”, instando os países a trabalharem juntos com um espírito de cooperação.

Assuntos Aprovados

Nesta Sessão, foram aprovadas diversas iniciativas que buscam fortalecer a economia social e fomentar o desenvolvimento sustentável na região. Entre as principais resoluções, destaca-se a Declaração de interesse regional que apoia a carta enviada aos Presidentes da Aliança dos Países da América Latina e do Caribe, instando a medidas concretas contra a inflação.

Além disso, recomendou-se ao Conselho do Mercado Comum (CMC) considerar a solicitação da Federação Olivícola Argentina para excluir o azeite de oliva das negociações entre a União Europeia e o MERCOSUL, reconhecendo seu status como produto sensível. Nesse contexto, instou-se a preservação das posições tarifárias atuais de

azeitonas e azeite de oliva, evitando qualquer redução de tarifas que afete a produção local.

Os Parlamentares também concordaram em promover um acordo que incentive projetos de desenvolvimento alternativo integral e sustentável, bem como a abertura de um fundo fiduciário alinhado com as metas de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. Outro ponto relevante foi o pedido ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para revisar os limites de acesso e a política de sobretaxas, o que poderia facilitar uma melhor resposta diante das crises econômicas que afetam os países da região. Além disso, aprovou-se uma Recomendação ao CMC sobre a regulamentação do teletrabalho, ressaltando a necessidade de adaptar as normas trabalhistas às novas realidades do mercado.

A Sessão finalizou com a Declaração de interesse do MERCOSUL para a criação de Mercados Regionais de Intercâmbio de Alimentos nos principais departamentos agrícolas do Paraguai, bem como o apoio a iniciativas que garantam a participação efetiva dos representantes do povo argentino no PARLASUL. Essas decisões refletem o compromisso dos países membros do MERCOSUL em promover uma economia mais solidária e resiliente, priorizando o bem-estar de suas populações em um contexto de desafios econômicos globais.



Aprovadas a criação da Comissão de Integração Fronteiriça e Declaração sobre a Venezuela

Agência PARLASUL. Na segunda-feira, 19 de agosto, o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) realizou sua XCV Sessão Ordinária na Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu, presidida pela Parlamentar Fabiana Martín, com a participação de Parlamentares da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, além de altas autoridades da Tríplice Fronteira.

No início da Sessão, assumiram seus compromissos os Parlamentares Nicolás Simone (Argentina) e os Parlamentares André Amaral, Nelson Fernando Padovani, Ronaldo Nogueira e Vermelho (Brasil).

Em seguida, o Embaixador Alejandro Mernies apresentou o plano de trabalho semestral da Presidência Pro Tempore do Uruguai (PPTU) no MERCOSUL. Durante sua intervenção, Mernies enfatizou que “a primeira diretriz é aprofundar

a reflexão sobre a agenda externa e interna do MERCOSUL, propondo uma reunião de chanceleres para trabalhar nesses temas”.

O Embaixador também se referiu às áreas de controle integrado como um dos principais desafios para a livre circulação de pessoas e mercadorias. Além disso, Mernies destacou que a pauta uruguaia inclui temas vitais como a Agenda Verde, as energias renováveis, a agenda digital e o desenvolvimento sustentável.

Em resposta, a Presidenta Martín ofereceu a colaboração do PARLASUL à PPTU, sublinhando que o PARLASUL é o único representante dos povos na estrutura do MERCOSUL.



Comissão Temporária de Integração Fronteiriça

Por outro lado, foi aprovada a criação da Comissão Temporária de Integração Fronteiriça, que surgiu como proposta da Audiência Pública sobre “Fronteiras e Gestão Coordenada: infraestrutura, logística e livre circulação de pessoas no MERCOSUL”. Essa proposta, impulsionada pela Mesa Diretiva do PARLASUL, busca abordar os problemas que existem na Tríplice Fronteira e outros pontos fronteiriços do bloco.

Parlamentares de todas as delegações reconheceram a importância da Comissão Temporária, ressaltando que é o primeiro passo em direção a soluções reais e práticas para a população, e que somente por meio da união e da livre circulação se alcançará a verdadeira integração.

Declaração sobre a Situação na Venezuela

Também durante a Sessão Plenária, vários Parlamentares debateram a redação de uma Declaração do PARLASUL sobre a situação política, social e democrática na Venezuela.

Em suas intervenções, solicitaram a apresentação das atas eleitorais, o fim das

perseguições políticas e a libertação dos presos injustamente.

Após intensas negociações, o texto foi aprovado com amplo consenso de todas as delegações, refletindo o compromisso conjunto com a defesa da democracia e dos direitos humanos na Venezuela e na região.

A Declaração instou a união aos esforços da comunidade internacional e regional para encontrar uma saída negociada e pacífica para a crise, concluindo com um apelo para garantir e promover os direitos humanos em todas as circunstâncias.

Frente Parlamentar contra a Fome.

Outro dos temas relevantes da Sessão foi a apresentação do plano de trabalho da Frente Parlamentar contra a Fome (FPCH), presidida pelo Parlamentar Matías Sotomayor (Argentina), que destacou que a FPCH “tem como objetivo principal tratar de temas legislativos relacionados ao direito à alimentação”.

PARLASUR realiza sessão especial EM ITAIPÚ BINACIONAL

Agência PARLASUL. No dia 19 de agosto, o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) realizou uma Sessão Especial na Itaipu Binacional (Foz do Iguaçu), no âmbito da XCV Sessão Ordinária, presidida pela Parlamentar Fabiana Martín (Argentina), que destacou a integração regional e a livre circulação como eixos fundamentais para melhorar a qualidade de vida nas zonas fronteiriças.

Nesta II Sessão Especial, participaram como convidados a Embaixadora Gisela Padovan, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; Igor Gomes Rocha, Diretor Administrativo de Itaipu pelo Brasil; Iris Magnolia Mendoza, Diretora Jurídica de Itaipu pelo Paraguai; e o Prefeito de Foz do Iguaçu, Francisco Brasileiro.

O Vice-Presidente pelo Brasil no PARLASUL, Parlamentar Arlindo Chinaglia, conduziu os trabalhos da Sessão Especial e destacou que “houve uma mobilização sobre a questão fronteiriça, que envolve pessoas, comércio e outros, daí surgiu a iniciativa de criar uma Comissão temporária que tratará desses temas.”

Além disso, o Vice-Presidente pelo Paraguai no PARLASUL, Parlamentar Derlis Maidana, afirmou que é necessário agilizar os trâmites fronteiriços, destacando que “os funcionários

não devem ser responsáveis por dificultar esses processos, mas sim por facilitá-los.”

Por sua vez, o Vice-Presidente pela Bolívia no PARLASUL, Parlamentar Adolfo Mendoza Leigue, comentou sobre Itaipu que “o efeito gerador, além da produção de energia, reflete também uma fortaleza cultural que devemos resgatar de forma integral.” Em seguida, o Parlamentar Nelsinho Trad, Chefe da Delegação do Brasil, enfatizou que “a integração dos povos é a melhor resposta para a resolução de problemas.”

O Parlamentar Daniel Peña (Uruguai) ressaltou que “poder transitar livremente por nossas fronteiras é o primeiro passo para dizer que estamos integrados e que os cidadãos reconheçam que os acordos internacionais impactam em sua vida.” Por fim, o Parlamentar Diego Sartori (Argentina) apontou que “o mundo todo está expectante para que façamos, de uma vez por todas, a concretização do Mercado Comum do Sul.”

Esta II Sessão Especial foi finalizada com as autoridades presentes destacando a importância da Itaipu Binacional como símbolo de integração e cooperação regional. Além de ressaltar o papel crucial de iniciativas como o Estatuto da Cidadania.



Audiência Pública em Foz do Iguaçu analisa desafios em infraestrutura, logística e livre circulação

Agência PARLASUL. No sábado, 17 de agosto, o Parlamento do MERCOSUL, junto com a Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu (ACIFI), a Prefeitura de Foz do Iguaçu, com o apoio da Câmara de Vereadores e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Subseção de Foz do Iguaçu, realizaram uma Audiência Pública sobre “Fronteiras e Gestão Coordenada: Infraestrutura, logística e livre circulação de pessoas no MERCOSUL”.

O evento foi inaugurado pelo Presidente da ACIFI, Danilo Vendruscolo, e pela Presidenta do PARLASUL, Fabiana Martín (Argentina), que destacou a importância da integração, ressaltando o papel crucial da Tríplice Fronteira para o desenvolvimento do MERCOSUL.

O Vice-presidente do PARLASUL pelo Brasil, Arlindo Chinaglia, destacou o avanço em direção a uma integração solidária no

MERCOSUL, ressaltando que, apesar das diferenças e dificuldades, o PARLASUL e a representação de trabalhadores e empresários têm se fortalecido. Nessa linha, o Parlamentar Nelsinho Trad, Chefe da Delegação Brasileira, enfatizou a importância estratégica do Corredor Bioceânico, apontando que essa nova rota abrirá imensas oportunidades de negócios, conectando os países do MERCOSUL com a Ásia e a costa oeste dos Estados Unidos.

Por sua vez, o Secretário de Articulação Institucional do Ministério do Planejamento do Brasil, João Victor Villaverde, apresentou o projeto das Rotas de Integração Sul-Americana, criado no Consenso de Brasília em 2023, o qual visa reativar o diálogo entre os governos do continente sobre a integração regional.

A primeira mesa de trabalho, intitulada “Sistema TIC: Avanços e benefícios no



transporte internacional rodoviário”, contou com a participação de Lucas Lagier, Gerente Sênior da União Internacional do Transporte Rodoviário (IRU), que analisou o novo sistema em uma zona estratégica do comércio internacional terrestre no MERCOSUL e explicou a importância do TIC.

Na segunda mesa, sobre “Controle integrado e gestão de fronteiras”, o Presidente do Instituto PROCOMEX, John Mein, ressaltou a importância do diálogo entre os órgãos e a necessidade de “desenvolver um círculo virtuoso para a Gestão Coordenada de Fronteiras”. Já o Parlamentar Rodrigo Gamarra (Paraguai) destacou o Sistema Integrado de Gestão de Fronteiras, argumentando que, segundo a CEPAL, a integração regional efetiva poderia impulsionar o PIB do MERCOSUL em 10% na próxima década. Também participaram desse debate o Parlamentar Roberto Monteiro Pai (Brasil) e a Parlamentar Yolanda Paredes (Paraguai).

Na mesa seguinte, sobre “O papel e os desafios da CODETRI: Desenvolvimento da região trinacional de Iguazú”, o Parlamentar Heitor Schuch (Brasil), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional do PARLASUL, fez uma reflexão, argumentando que há 25 anos se fala em integração, e pontuou que “ainda temos um excesso de burocracia no dia a dia. Que integração temos, em que o milho chega antes à China do que ao Paraná?”.

Por sua vez, a Presidenta do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental de Ciudad del Este, Natália Duarte,

pediu o apoio do MERCOSUL para investir em infraestrutura educacional, promoção do conhecimento e criação de um ecossistema favorável à inovação. Da mesma forma, Lila Voeffrey, representando o Conselho de Desenvolvimento de Puerto Iguazú, reforçou a importância do diálogo na Tríplice Fronteira, destacando a necessidade de facilitar o fluxo de pessoas e fomentar o turismo. Também participou o Presidente do Conselho de Desenvolvimento de Foz do Iguazú, Fernando Castro Alves, que falou sobre o papel do Conselho e enfatizou a magnitude dos desafios enfrentados pela região.

Por fim, o Parlamentar Diego Sartori (Argentina) mencionou que em Misiones é crucial agilizar os processos nas fronteiras. Já os Parlamentares Faustino Ollisco (Bolívia), Patricio Villegas (Argentina) e César Cerini (Paraguai), apelaram aos governos para reduzir a burocracia e para que seus pares trabalhem e influenciem seus países a tomar as medidas correspondentes. Em seguida, o Parlamentar Vermelho (Brasil) apoiou a proposta do Parlamentar Arlindo Chinaglia (Brasil) de concretizar a formação da Comissão Temporária proposta.

Na quarta mesa, intitulada “Políticas regionais, nacionais e locais sobre a livre circulação de pessoas nas áreas de fronteira”, o Parlamentar Hugo Meza (Paraguai) enfatizou a necessidade urgente de avançar em direção a uma diplomacia parlamentar eficaz.

A Secretária para América Latina e Caribe do Ministério das Relações Exteriores do Brasil,

Gisela Maria Figueiredo Padovan, falou sobre a importância que o Itamaraty atribuiu à integração, apontando que “a integração é prioridade deste governo, e inclusive foi criada uma Comissão para esse objetivo”, também destacou o trabalho realizado pelo Subgrupo de Trabalho 18 de integração fronteiriça. Da mesma forma, o Coordenador do Subgrupo de Trabalho 18 do MERCOSUL “Integração Fronteiriça” do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, Carlos Hugo Centurión, detalhou o trabalho realizado por esse subgrupo desde 2004.

A Diretora do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH), Andressa Caldas, ressaltou a relevância da dimensão social na integração regional: “Não faz sentido falarmos de integração política ou econômica sem falar de integração social, ignorando a dimensão humana”, mencionando como exemplos o Estatuto da Cidadania e a Declaração Sociolaboral.

Da mesma forma, Thamirys Mendes Lunardi, da Organização Internacional para as Migrações no Brasil (OIM), reforçou o conceito do acordo sobre localidades de fronteira, que fortalece a capacidade dos Estados para lidar com os desafios da livre circulação e das migrações.

Também participaram Gustavo Vieira, ex-Reitor da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA); Victoria Luisa Simão Nachtygal, Presidenta da Comissão

de Defesa dos Direitos Humanos da OAB - Subseção Foz do Iguazú; André Aliana, Secretário de Turismo e Projetos Estratégicos da Prefeitura de Foz do Iguazú; e a Parlamentar Yolanda Paredes (Paraguai).

Conclusões

Durante o encerramento, o Vice-presidente Arlindo Chinaglia (Brasil) ressaltou a participação de 37 entidades e organismos, assim como o valor do aprendizado coletivo gerado. Já a Presidenta Fabiana Martín destacou a identificação de falhas e a necessidade de vontade política para enfrentá-las.

A jornada concluiu-se com a assinatura da “Carta de Foz do Iguazú sobre Fronteiras e Gestão Coordenada”, comprometendo o PARLASUL e a sociedade civil a colaborar na implementação de propostas para melhorar a infraestrutura, logística e a livre circulação na região. Esse compromisso representa um passo fundamental em direção a uma maior integração e cooperação no MERCOSUL.



Fabiana Martín

PRESIDENTA DO PARLASUL

Presidenta do Parlamento do MERCOSUL, cargo que assumiu em abril de 2024, após ser eleita parlamentar nas eleições de 2023 pela coligação La Libertad Avanza. Advogada, mediadora e especialista em Direito da Navegação e Direito Trabalhista Marítimo. Desde 1994, lidera negociações e elabora convenções coletivas no setor naval da Argentina. Além disso, assessora empresas no âmbito ambiental em portos argentinos, especialmente na Hidrovia Paraná-Paraguai. É cofundadora da consultoria Focopositivo, dedicada à mentoria e assessoria a líderes empresariais.



Agência PARLASUL: Quais são as principais conquistas do MERCOSUL e quais são suas perspectivas para os próximos anos? Que aspectos o MERCOSUL deveria fortalecer?

Desde sua origem, o MERCOSUL nasceu como uma aliança de livre comércio e uma estratégia regional voltada para o exterior, sendo uma ferramenta de integração regional que expressava a vontade política dos Estados Partes de reduzir a marcada assimetria entre as economias nacionais. O bloco alcançou importantes resultados em facilitação comercial, na área social e no incentivo ao equilíbrio da infraestrutura regional. Um exemplo disso é o FOCEM, um instrumento de cooperação em infraestrutura para o desenvolvimento equilibrado do bloco e uma ferramenta valiosa do MERCOSUL.

Em relação ao mundo, o MERCOSUL conseguiu posicionar as economias do mercado comum, mas talvez não no nível ambicionado pelos Estados Partes quando criaram a aliança. Fatores internos e externos à dinâmica de políticas regionais impediram o crescimento contínuo do bloco. O MERCOSUL nunca teve uma “época de ouro” como se esperava que ocorresse após 30 anos de sua criação.

Atualmente, para se sustentar, o MERCOSUL precisa passar por mudanças profundas, repensar e se recriar. O mundo de hoje não é o mesmo de 1991: as dinâmicas econômicas, os mercados, as produções e até as economias nacionais mudaram. Além disso, as assimetrias econômicas que existiam antes já não são as mesmas.

É fundamental repensar as limitações dos Estados Partes para realizar acordos de maneira independente com o mundo, que estagnam as economias dos países e geram resistência ao mercado comum, que acaba sendo supertarifado. Afinal, quem quer estar em um mercado que não atende às expectativas de desenvolvimento e ainda sufoca as economias?

O MERCOSUL tem oportunidades se for repensado como uma ferramenta de desenvolvimento e crescimento regional, especialmente neste momento geopolítico em que o Cone Sul é uma esperança para a segurança alimentar e para o recurso escasso que é a água. O MERCOSUL tem o direito e a obrigação de se reinventar. É preciso abrir-se

ao mundo e buscar alianças com outros blocos, pois, do contrário, o MERCOSUL está ameaçado.

Os aspectos que o MERCOSUL deveria fortalecer são corrigir e inovar, para poder se adequar à dinâmica da nova geopolítica mundial, às afinidades e vontades políticas da região.

Quero destacar, entre os avanços do MERCOSUL nesse esforço de se abrir, que durante a Presidência Pro Tempore do Paraguai foram iniciadas negociações para um acordo de livre comércio com os Emirados Árabes, e durante a Pro Tempore do Uruguai com a China. Isso está diretamente relacionado a essa necessária abertura para repensar o MERCOSUL.

“O MERCOSUL tem oportunidades se for repensado como uma ferramenta de desenvolvimento e crescimento regional”

Agência PARLASUL: Quais foram os maiores avanços alcançados durante sua Presidência no PARLASUL este ano?

O primeiro avanço foi a eleição, pela primeira vez, de uma mulher para presidir o Parlamento durante um ano, demonstrando a importância da representatividade feminina nos espaços de liderança. Espero que este tenha sido o primeiro passo para ampliar a participação das mulheres na Mesa Diretiva e nas delegações indiretas, cujas composições dependem da vontade política das câmaras nacionais.

Por outro lado, nunca trabalhei em minha presidência buscando conquistas pessoais, mas me dediquei a dar continuidade aos projetos já iniciados por meus antecessores, o que nos leva a fortalecer, continuar, melhorar e reforçar os caminhos que já foram abertos pelos presidentes anteriores. E, claro, estar atenta e aproveitar as oportunidades que surgiram para o crescimento e fortalecimento da instituição.

Entre as iniciativas que surgiram, que apoiei e espero que sejam continuadas pelas próximas

presidências, está a integração da integração. O que isso significa? O espaço que foi gerado com os outros Parlamentos regionais para um trabalho interno entre nós e para analisar a transversalidade de temas que nos afetam como América Latina e Caribe. Por exemplo, o crime organizado, o narcotráfico e o tráfico de pessoas; o desenvolvimento das economias diante das mudanças climáticas e as migrações. Essa troca de integração entre Parlamentos regionais faz com que nosso trabalho interno seja reforçado por uma dinâmica comum com o restante das regiões.

Outro ponto é a Cúpula Parlamentar África-América Latina e Caribe (AFROLAC). Ter feito parte dessa aliança entre os Parlamentos regionais latino-americanos e os Parlamentos regionais africanos, estruturada em um formato similar ao da EuroLat, mas com a África, é realmente importante no contexto geopolítico mundial. Essa cooperação Sul-Sul é extremamente necessária.

Outro dos êxitos da minha presidência foi o de criar espaços e apoiar as iniciativas dos Parlamentares. Este ano, promovemos seminários, fóruns, audiências públicas e encontros parlamentares sobre temas que surgiram de nossas propostas, atos ou preocupações, para nos enriquecer com o intercâmbio com a sociedade civil e outros organismos internacionais. Espero sinceramente que essas ferramentas continuem a ser utilizadas, pois elas trazem profundidade de conhecimento aos temas que, posteriormente, se transformam em propostas legislativas.

Um fato importante foi a aprovação da Declaração que reafirma o MERCOSUL como Zona de Paz. Essa Declaração, em um contexto geopolítico mundial tão difícil e violento, destaca nossa região como fundamental para a segurança alimentar e como detentora da maior reserva de água doce do mundo. Ela traduz a paz como a vontade inegociável dos nossos povos.

Não quero esquecer outro fato histórico para o Parlamento, que foi a realização de sessões fora da sede de forma excepcional. Transformamos o tempo dedicado à obra de nossa nova sede em uma oportunidade de aproximar nosso trabalho da cidadania, que, afinal, é quem representamos e devemos ouvir. Realizamos sessões em Colônia do Sacramento, no Uruguai, em junho; em Foz do Iguaçu,

Brasil, especificamente na Itaipu Binacional, em agosto, naquele ponto tripartido de fronteira tão representativo da necessidade de integração, onde tivemos audiências públicas massivas que levaram à criação necessária de uma nova comissão de assuntos fronteiriços. Em setembro, realizamos uma sessão em Assunção, no Paraguai, onde ocorreu o Primeiro Fórum de Mulheres Parlamentares do MERCOSUL, com a presença de mais de 300 mulheres. Por fim, em novembro, a sessão foi realizada na Argentina, na Legislatura de Córdoba, onde reafirmamos, como já mencionado, que a região do MERCOSUL é uma Zona de Paz.

“O Parlamento do MERCOSUL deve ser reformulado porque é o único órgão do MERCOSUL que representa os povos.”

Agência PARLASUL. Quais são hoje os maiores desafios para o Parlamento do MERCOSUL?

Acredito que o PARLASUL, como órgão dentro da estrutura do MERCOSUL, não está alheio à necessidade de se reformular, tanto internamente, no sentido de aperfeiçoar o regulamento para garantir o funcionamento pelo qual foi criado, assegurando o compromisso de trabalho permanente e contínuo das delegações, quanto externamente, para que os Estados Partes respeitem o Protocolo que nos constitui. O Parlamento é a representação dos povos no MERCOSUL, e não garantir o cumprimento dos princípios do seu instrumento constitutivo é, no mínimo, não atribuir o papel que os povos devem ter dentro de um sistema que busca integração e desenvolvimento comum, por meio de uma aliança que não é apenas comercial.

Acredito que o grande desafio do PARLASUL é fazer o MERCOSUL compreender que o desenvolvimento econômico e a integração almejada têm como únicos e últimos destinatários os nossos povos. E é o PARLASUL quem os representa.

Nesse sentido, o principal pedido do Parlamento, mais do que um desafio – porque

já está dentro de nossas obrigações e competências –, é que o Conselho do Mercado Comum volte sua atenção ao Parlamento, ouvindo suas recomendações e cumprindo os pontos do Protocolo, especialmente o artigo 4º, inciso 12, e o parecer que o Parlamento deve emitir sobre as normas do MERCOSUL a serem incorporadas aos sistemas legislativos internos. Hoje, o grande desafio do MERCOSUL, e não do Parlamento, é alcançar essa incorporação, sendo que a solução já foi pensada e está presente no Protocolo Constitutivo do Parlamento.

É difícil, muito difícil, aspirar a uma maturidade, desenvolvimento e aprofundamento do processo de integração que sirva como instrumento para fortalecer as economias e melhorar a qualidade de vida dos nossos cidadãos, se as suas necessidades e propostas não forem ouvidas.

Nenhum processo de integração é imediato, mas o MERCOSUL já tem mais de 30 anos e o Parlamento quase 20. Se não se avançou como esperado, é porque algo diferente precisa ser feito. Tenho convicção de que eliminar ou ignorar a voz dos cidadãos não é o caminho.

Agência PARLASUL. Em dezembro, a Argentina assumirá a Presidência Pro Tempore do bloco. Como acredita que as diferenças políticas entre os governos dos Estados Partes impactarão o futuro do MERCOSUL?

A Presidência Pro Tempore da Argentina acredito que trará ao MERCOSUL a proposta de reestruturação tarifária que o bloco necessita, ou de repensar-se no contexto da nova política econômica mundial. Certamente será promovida uma maior abertura de mercados e alianças com mercados internacionais fortes, onde o MERCOSUL e os Estados Partes possam ter a oportunidade de alcançar um maior desenvolvimento econômico. A esperança com a Presidência Pro Tempore da Argentina é que sejam encontradas alternativas para um desenvolvimento regional seguro e permanente.

Quanto às diferenças políticas, não tenho dúvidas de que, se por um lado compreendermos que o diálogo e a busca de consensos baseados no bem comum da região



Fotos: Presidenta Fabiana Martin durante la XCII Sesión Ordinaria

são tão necessários quanto o desenvolvimento individual dos países, e, por outro, somarmos o entendimento de que caminhos já percorridos não nos levaram ao que pretendíamos, talvez consigamos alcançar o equilíbrio e a maturidade que o MERCOSUL precisa.

“O grande desafio do PARLASUL é fazer com que o Conselho do Mercado Comum dê atenção ao Parlamento.”

Agência PARLASUL. Como Presidenta e membro do Observatório da Democracia do PARLASUL, qual é a importância das missões de observação eleitoral realizadas pelo organismo?

O Observatório da Democracia é uma das instituições mais sólidas e importantes dentro do Parlamento, porque é o braço prático do nosso compromisso com as democracias. Entre os objetivos do Parlamento do MERCOSUL está o de zelar pelas democracias. Participar como observador ou acompanhar os processos eleitorais, assegurando transparência, com a objetividade e o profissionalismo com que trabalha o nosso Observatório, é, sem dúvida, o diferencial do Parlamento.

O trabalho minucioso de conhecer os diversos processos eleitorais da nossa região e o intercâmbio com as autoridades eleitorais, além do diálogo com candidatos e coligações, nos proporciona uma visão real e concreta

sobre o estado das democracias nos países onde somos convidados a observar.

Durante minha presidência, pude perceber o prestígio latino-americano do nosso Observatório. Diversos países da região veem a presença do Observatório nos processos eleitorais como uma ferramenta ou ação de boa vontade que demonstra transparência.

A participação dos Parlamentares nas missões eleitorais é realmente um traço distintivo em relação a outros observatórios. Esse observatório, composto por Parlamentares, aprofunda a análise dos processos eleitorais, o que enriquece os relatórios finais, conferindo-lhes não apenas uma visão técnica, mas também uma perspectiva social, de compreender como os povos vivem seus processos eleitorais.

Agência PARLASUL. Em sua opinião, qual é o papel da diplomacia parlamentar no fortalecimento da integração e cooperação dentro e fora do MERCOSUL?

A diplomacia parlamentar, um termo relativamente novo no campo das relações internas e internacionais, é, sem dúvida, a ferramenta mais promissora para o futuro das relações entre Parlametos, no âmbito do bloco e fora dele, ou nas relações internacionais



com outros Parlametos, sejam nacionais ou internacionais.

A diplomacia parlamentar não compete com a diplomacia tradicional dos nossos países. Contudo, é uma ferramenta sutil que acompanha esses processos, trazendo uma característica distintiva a partir das visões dos Parlamentares. Não tenho dúvidas de que, nas relações internas, a diplomacia parlamentar facilita a integração ao identificar pontos comuns, buscar e reforçar alternativas para resolver dificuldades que possam surgir.

Nas relações internacionais, durante este ano, pude compreender que a diplomacia parlamentar é o que nos permite avançar. Um exemplo disso é como o Parlamento, por meio dessa ferramenta, favoreceu e apoiou a intenção de incorporação do Panamá como Estado Associado do MERCOSUL.

A diplomacia parlamentar nos possibilita criatividade nas relações institucionais, identificando pontos comuns e construindo a partir deles, sem que isso signifique tomar posições sobre questões que excedam nossas competências, sejam elas continentais ou regionais. É sobre esses pontos comuns que podemos alcançar novos objetivos.

No campo da cooperação internacional, a diplomacia parlamentar, em nível regional ou global, é uma ferramenta que assegura uma cooperação equilibrada, com um objetivo comum e muito mais amplo do que em níveis nacionais.

Devo destacar que, no âmbito da diplomacia parlamentar, o PARLASUL desempenha um papel fundamental, conectando a região com o mundo.

“No âmbito da diplomacia parlamentar, o PARLASUL desempenha um papel fundamental, conectando a região com o mundo.”



Apresentação das Diretrizes para a Governança das PLATAFORMAS DIGITAIS NO PARLASUL

Agência PARLASUL. Na XCVI Sessão Ordinária do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), foram apresentadas as Diretrizes para a Governança das Plataformas Digitais, desenvolvidas pela UNESCO em 2023. O evento ocorreu na Câmara dos Senadores do Paraguai, onde a Parlamentar Cecilia Nicolini (Argentina) inaugurou o encontro sublinhando a necessidade de regular as plataformas digitais de forma responsável e destacou que o MERCOSUL e o PARLASUL devem criar normativas que promovam um ambiente digital mais justo, sem frear a inovação. “Não significa frear a inovação, muito pelo contrário, que sirva para que vivamos melhor, gere mais igualdade e melhore a discussão em um contexto de fake news e discurso de ódio”, afirmou.

Em representação da UNESCO, Rosa María González, Conselheira Regional de Comunicação e Informação, falou sobre o recente Pacto Digital Global da ONU e enfatizou a urgência de criar um ambiente digital seguro que garanta os Direitos Humanos. “O pacto para o futuro faz um chamado urgente para eliminar fenômenos como fake news, bullying e violência online. Se o ecossistema está saturado de violência e teorias conspiratórias, meus direitos à liberdade de expressão e ao acesso à informação ficam vulnerados”, expressou.

Da mesma forma, Natalia Zuazo, consultora da UNESCO, destacou a importância da alfabetização midiática para que os cidadãos compreendam como funcionam as plataformas e os algoritmos que moldam a informação. “As pessoas precisam entender como as informações que veem são moldadas. Precisamos fomentar que as plataformas digitais contemplem a diversidade dos usuários, por exemplo, tendo moderadores de cada região e país”, afirmou. Zuazo também enfatizou que as políticas digitais devem ser desenvolvidas de forma escalonada e adaptadas aos contextos locais.

Nas reflexões finais, González reiterou a necessidade de envolver múltiplos atores na governança digital, destacando que cada país tem suas particularidades e que os espaços supranacionais são essenciais para orientar esse debate. Zuazo acrescentou que as diretrizes se concentram nos processos mais do que nos conteúdos e que os países podem avançar de forma gradual, adaptando os princípios à sua realidade.

Nesse contexto, as participantes concluíram sobre a relevância de envolver múltiplos atores na governança digital. “Ressalto os cinco princípios desta ferramenta, mas acima de tudo focar isso de forma multifatorial. Cada país tem um contexto e instituições particulares, e a orientação deste debate através de espaços supranacionais é necessária”, afirmou González. Enquanto isso, Zuazo reiterou que as diretrizes não estão focadas nos conteúdos, mas nos processos, e que não é necessário que os países avancem em todos os princípios de forma simultânea: “Pode-se trabalhar de forma escalonada, adaptando os processos a cada realidade”.



Sub-representação feminina POR BLOQUEIOS LEGAIS



Lilia Puig
Parlamentar da
Delegação da Argentina

Um dos objetivos da agenda das Nações Unidas continua sendo o avanço para uma democracia paritária. O reconhecimento da desigualdade feminina na representação política levou os Congressos dos países do MERCOSUL a sancionar leis de cotas (Brasil, Paraguai e Uruguai) e de paridade (Argentina e Bolívia) nas candidaturas das listas.

No entanto, os dados de 2023 sobre a distribuição da representação por sexo oferecidos pela União Interparlamentar Mundial nos mostram que, com exceção da Argentina e da Bolívia, que possuem mais de 40% de presença feminina, os outros países estão longe da paridade de 50% nas Câmaras dos Deputados (Brasil: 17,5%; Paraguai: 17,5%; Uruguai: 25%). Parece que o problema reside no grande impacto que os desenhos eleitorais têm sobre as estratégias de discriminação positiva, anulando parcialmente seus efeitos.

O Brasil não possui mandato de posição em suas cotas, o que leva os homens a ocuparem os lugares preferenciais na competição eleitoral, resultando em maior número de eleitos. A Bolívia tem circunscrições uninominais em listas que são separadas das que acompanham o Presidente, Vice-Presidente e Senadores, e a fórmula é de maioria simples. Consequentemente, nessas circunscrições, em 2010, apenas 11% de mulheres foram eleitas, enquanto nas plurinominais, foram 47%. Nas circunscrições especiais, as mulheres ficaram sujeitas às regras da tradição da etnia dominante na região, onde a discriminação positiva não se aplica.

O Paraguai introduziu recentemente as listas desbloqueadas, o que contribuiu para a redução da representação feminina, que era de 20% em 2014 e caiu para 17,5% em 2022. Esse tipo de lista favorece candidatos mais conhecidos. Como consequência, as campanhas eleitorais se tornam mais caras para aqueles que estão iniciando trajetórias políticas, sendo praticamente inviável para quem representa diretamente os coletivos de mulheres pobres, indígenas e afrodescendentes.

A complexidade das campanhas eleitorais e as exigências da comunicação política, seja ela tradicional ou pelas redes, aumentaram os obstáculos financeiros para as mulheres e alteraram a disponibilidade de seu tempo. Uma comunicação digital cuidadosa exige assessoria especializada, difícil de financiar. O Brasil possui atualmente uma cota de financiamento legal para as candidatas, embora tenha sido reduzida e continue sujeita à manipulação partidária em nome da autonomia dos partidos políticos.

As mulheres compartilham seu tempo entre a ação política, o trabalho e as tarefas de cuidado não remunerado. Não temos a mesma disponibilidade que os homens para nos dedicarmos a ganhar visibilidade. É preciso garantir que as mulheres tenham o mesmo espaço que os homens na propaganda partidária, independentemente da posição nas listas, e que disponham dos recursos a tempo durante o processo eleitoral.

Este novo desafio não deve nos fazer esquecer que, se queremos avançar na democracia paritária, devemos garantir que, em nossos sistemas eleitorais, predominem os distritos plurinominais – nunca com menos de 5 cargos em disputa –, as listas fechadas e bloqueadas, a representação proporcional, as cotas com mandato de posição e obrigatórias por lei, com sanções para os partidos políticos que não cumprirem a obrigação; as listas paritárias intercaladas e sequenciais e a paridade horizontal em circunscrições com menos de 5 cargos.

Os sistemas eleitorais são uma ferramenta de poder que as mulheres devem conhecer para continuar a lutar contra a desigualdade na representação política, tanto em nossos partidos políticos quanto nas ordens institucionais da constituição.

José Hernández

ESCRITOR ARGENTINO, AUTOR DO POEMA NARRATIVO MARTÍN FIERRO

Agência PARLASUL. José Hernández nasceu em 1834 na província de Buenos Aires e é um dos grandes escritores da literatura argentina. Cresceu em uma família rural, onde conviveu com os gaúchos, figuras que marcaram suas obras. Desde jovem interessou-se por política e jornalismo, defendendo os direitos dos gaúchos e criticando o centralismo de Buenos Aires.

Hernández participou das lutas civis da época, apoiando o federalismo das províncias contra o centralismo portenho. Em 1859, exilou-se no Uruguai após a derrota das forças federais e começou a desenvolver sua obra literária, influenciado pelo campo e pelos gaúchos.

Sua maior contribuição para a cultura argentina foi a criação do Martín Fierro, um poema publicado em duas partes: “El gaucho Martín Fierro” (1872) e “La vuelta de Martín Fierro” (1879). Este poema é considerado uma das obras mais importantes da literatura

argentina e influenciou a construção da identidade nacional.

Em Martín Fierro, Hernández retrata a vida do gaúcho, um homem do campo marginalizado pelas injustiças, que é forçado a resistir. O personagem abandona sua família e é recrutado para lutar na fronteira. Cansado de sua situação, torna-se um “desertor” e foge, enfrentando adversidades enquanto canta sua história de luta e liberdade.

A primeira parte, “El gaucho Martín Fierro”, reflete a injustiça e o sofrimento do personagem, representando a resistência contra um sistema que não compreende o homem rural. Na segunda parte, “La vuelta de Martín Fierro”, o protagonista retorna em busca de um equilíbrio entre sua vida livre e a sociedade.



O Papel do Estado e a desigualdade foram o foco do debate no Fórum contra o Trabalho Infantil

Agência PARLASUL. No dia 23 de setembro, após a XCVI Sessão Plenária do PARLASUL, realizou-se o Fórum Regional Contra o Trabalho Infantil no MERCOSUL, organizado pela Comissão de Trabalho do PARLASUL, presidida pelo Parlamentar Paulão (Brasil). O evento reuniu atores regionais para debater políticas contra o trabalho infantil.

A Parlamentar Ana María Corradi (Argentina), que liderou o evento, falou sobre o impacto da pandemia e a situação crítica dos países da região no aumento do trabalho infantil. “Hoje estamos alarmados com o número de crianças exploradas economicamente, e a pandemia agravou essa situação”, explicou Corradi.

Por sua vez, o Parlamentar André Amaral (Brasil) destacou a conexão entre a pobreza e o aumento do trabalho infantil, afirmando que “o caminho mais seguro é de longo prazo e passa por enfrentar a pobreza”. Da mesma forma, Franco Metaza (Argentina) vinculou o recrutamento infantil pelo narcotráfico à desigualdade social, observando que, enquanto a desigualdade não for combatida, esses problemas continuarão.

A Parlamentar Lizarella Valiente (Paraguai) abordou a exploração infantil doméstica e o problema do ‘apadrinhamento’, “no qual crianças são exploradas em trabalhos domésticos por famílias abastadas”, explicou a Parlamentar. O Parlamentar Raúl Bittel (Argentina) destacou o papel do Estado em

áreas como educação, saúde e esporte para prevenir o trabalho infantil. Andrea Sánchez, do Vice-Ministério de Planejamento do Paraguai, apresentou o programa “Abrazo”, que oferece assistência a famílias vulneráveis.

Pilar Rodríguez, da OIT, ressaltou que, embora o número de crianças trabalhadoras tenha diminuído desde 1998, ainda há 8 milhões de crianças que precisam deixar o trabalho, exigindo esforços redobrados. Laura Díaz Grütter, da CONAETI, destacou a vulnerabilidade no Paraguai, onde 26% dos distritos apresentam altos índices de trabalho infantil.

Por fim, Lorena Luján, do Ministério da Defesa Pública do Paraguai, reafirmou o compromisso do país com tratados internacionais contra a exploração infantil. Julia Comán, Secretária do Trabalho de Santiago del Estero (Argentina), apontou os esforços locais para erradicar o trabalho infantil, afirmando que “lutamos por um trabalho infantil zero”.

O Fórum concluiu com um chamado para fortalecer políticas públicas e a cooperação regional no combate ao trabalho infantil, destacando que pobreza, desigualdade e falta de acesso à educação são fatores-chave que perpetuam essa problemática.

Este Fórum se realizou na cidade de Assunção no Senado da República do Paraguai.

Democracia, Representação e Desafios das mulheres no MERCOSUL foram o centro do debate no Fórum do PARLASUL

Agência PARLASUL (25/11/2014). Nesta segunda-feira (25), foi realizado no Palácio Legislativo do Uruguai o Fórum Internacional “Mulheres na Democracia: representação e violência política”, organizado pelo Observatório da Democracia (ODPM) do Parlamento do MERCOSUL, em colaboração com a Presidência Pro Tempore uruguaia do MERCOSUL, por meio de seu Fórum de Consulta e Concertação Política (FCCP).

O fórum contou com a participação de autoridades eleitorais, parlamentares, representantes de organizações internacionais e da sociedade civil. Na sessão de abertura, intitulada “Liderança e participação política das mulheres”, a Parlamentar Lilia Puig (Argentina), que atuou como moderadora, declarou que “esta temática não é nova, nem na região nem nas Nações Unidas. Nossos países possuem um conjunto de leis que proporcionam mais representação e mais espaço para as mulheres. Nos propusemos a melhorar a qualidade democrática de nossos países. De acordo com a ONU

Mulheres, quase 27% das cadeiras parlamentares do mundo são ocupadas por mulheres. É notória a falta de representação feminina no MERCOSUL.”

Em seguida, a Parlamentar Lilian Samaniego (Paraguai) destacou a importância de deixar um legado e alcançar consensos nos processos políticos. Samaniego afirmou: “estou certa de que a experiência de um país pode servir para outro. Entendemos que a política é convivência e diálogo, para as pessoas que esperam que alguém as represente e lhes dê esperança”. Samaniego também ressaltou que “todos os meus mandatos como senadora e depois como presidenta do partido mais popular foram tempos de desafios a serem superados. Sempre contei com o apoio das mulheres de todos os partidos políticos, por meio do diálogo”. Além disso, concluiu dizendo que é crucial superar as grandes lacunas de desigualdade e alcançar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.



A mesa concluiu com a participação de Maria Eugenia Brunini, Coordenadora Nacional Alternativa do Fórum de Consulta e Concertação Política (FCCP), do Uruguai, que destacou que hoje “é um dia especial, o dia mundial de combate à violência contra a mulher”. Além disso, alertou em sua apresentação que “ONU Mulheres, em 2022, observou que ainda faltam 140 anos para se alcançar uma representação igualitária em funções de liderança, e mais ainda nos Parlamentos”.

Em seguida, a mesa principal, intitulada “Contribuições das mulheres para a democracia”, foi aberta por Amy Rice, Consultora de Governança e Participação Política da ONU Mulheres para as Américas e o Caribe, que revelou que “há apenas 24 países liderados por mulheres e apenas 23% de mulheres ministras, mas suas áreas de atuação são limitadas”. Rice também destacou que “os desafios para a participação são diversos, e hoje nosso tema é a violência, que impede o acesso e a continuidade das mulheres na política. Estamos falando de uma violência baseada no gênero, e no âmbito político isso afeta especificamente os seus direitos políticos.”

Posteriormente, Patricia Gainza, Diretora de Pesquisa do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH), expôs que “o MERCOSUL, como organismo de integração, desde 1998, tem gerado espaços e políticas públicas. Atualmente, existe a Reunião de Ministras e Altas Autoridades das Mulheres. Além dessa institucionalidade tão importante na região, também há a Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos”. Gainza ainda apontou que “os meios eletrônicos e digitais se tornaram um novo espaço de violência contra as mulheres. Há questões muito graves no espaço digital, nas redes sociais, e, no fim, afastar-se da política ou dos espaços públicos acaba sendo uma forma de autoproteção, tanto para si quanto para suas famílias”.

Por sua vez, Patricia González Viñoly, Diretora de Projetos da Fundação Friedrich Ebert (FES), afirmou que “o trabalho que realizamos na Fundação é a promoção da democracia e o combate às mensagens de ódio”, além de expor que “incluir a perspectiva feminista é parar de contar mulheres e deixar de pensar que, se uma chega, todas chegam. A discussão real é sobre a perspectiva feminista. Se para as mulheres já é difícil permanecer e construir dentro dos partidos progressistas, imaginem o quão mais difícil é fazê-lo em um partido conservador”.

Concluindo as apresentações da mesa, Dolores Gandulfo, Diretora da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina e do Caribe (COPPPAL), destacou a importância de que as mulheres não apenas participem da política, mas também disputem o poder através dos partidos políticos. Gandulfo ainda afirmou que “devemos alcançar a aprovação e a harmonização de normas nos países do MERCOSUL. É preciso tomar decisões, exercer o poder, pensando nessas políticas públicas com uma perspectiva de gênero”.

Por fim, na mesa intitulada “Reflexões e caminhos para o futuro: consolidando a igualdade e a inclusão política no MERCOSUL”, María Eugenia Brunini sublinhou a relevância do debate, da troca de ideias e da incorporação de diversas vozes, incluindo as da sociedade civil, como elementos-chave para alcançar uma análise integral. Já a Parlamentar Lilia Puig ofereceu as reflexões finais, concentrando-se nos próximos passos para promover a igualdade de gênero na política. “Agora estamos com novos desafios, porque a essa agenda se somam a vida digital, as novas hierarquias e os novos desafios econômicos”, concluiu Puig.

Também participaram do Fórum, os Parlamentares do MERCOSUL Raúl Bittel (Argentina), Franco Metaza (Argentina) e Hercílio Coelho (Brasil).



Observatório da Democracia acompanha

SEGUNDO TURNO ELEITORAL NO URUGUAI

Agência PARLASUL (25/11/2024). O Observatório da Democracia do PARLASUL (ODPM) participou do segundo turno das eleições no Uruguai por meio de uma missão de acompanhamento integrada por Parlamentares do MERCOSUL, onde mantiveram diálogos com diversos atores do processo eleitoral.

Desde a sexta-feira, a missão realizou vários encontros, incluindo reuniões com a chapa eleitoral do Partido Nacional, que contou com a presença da Presidente do partido, Macarena Rubio, do ex-presidente Luis Lacalle Herrera e de autoridades da Corte Eleitoral Uruguiaia. Da mesma forma, os Parlamentares se reuniram com representantes da chapa eleitoral do Partido Frente Amplio, reforçando o compromisso com a pluralidade e o aprofundamento da análise da disputa.

Além disso, os Parlamentares participaram de uma capacitação promovida pelo Observatório de Estudos Eleitorais do Instituto Universitário Sul-Americano sobre o sistema eleitoral uruguaio, que abordou temas como circuitos, listas e apuração de votos. Eles também tiveram uma instância de diálogo com membros do Observatório de Estudos Eleitorais e com o diretor da consultoria Factum, com o objetivo de aprofundar o entendimento durante o acompanhamento das eleições presidenciais.

No domingo, dia da votação, o ODPM visitou sete centros eleitorais em Montevideu e Canelones, em bairros como Punta Carretas, Pocitos, Villa Española, Colônia Nicolich, Punta de Rieles e Malvín Norte. Ao final do dia, os Parlamentares observaram o processo de apuração realizado no encerramento das mesas no Colégio Punta Carretas. Eles celebraram a alta participação popular e o compromisso cívico, elementos que reafirmam a solidez das instituições democráticas no Uruguai.

Destacaram também o clima de respeito e transparência entre os cidadãos, as autoridades e os representantes dos partidos políticos, qualificando este processo como um exemplo para os países do MERCOSUL. Esse esforço reafirma o compromisso do ODPM com a promoção de práticas eleitorais transparentes e democráticas na região, fortalecendo a integração e os valores compartilhados de democracia e participação cidadã.

A missão contou com a participação dos Parlamentares Franco Metaza, Raúl Bittel e Lilia Puig (Argentina), que presidiu a missão; do Parlamentar Hercílio Coelho (Brasil); e dos Parlamentares paraguaios Lilián Samaniego e Dionisio Amarilla.



Observadores do PARLASUL destacam transparência e segurança nas ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024 NO BRASIL

Agência PARLASUL. Em outubro passado, o Parlamento do MERCOSUL, por meio do Observatório da Democracia, realizou uma Missão de Observação Eleitoral (MOE) no Brasil, concentrando-se nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, com a finalidade de monitorar as eleições municipais.

Durante o primeiro turno, os observadores participaram de reuniões com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), universidades e representantes de partidos, analisando regulamentações-chave, como a proibição de deepfakes e o combate à desinformação.

Também foram avaliadas questões de violência política, segurança e acessibilidade. Liderada pela Presidenta Fabiana Martín (Argentina), a Missão contou com 9 observadores de três países e monitorou o processo no terceiro maior colégio eleitoral do Brasil, destacando o aumento do eleitorado jovem e idoso, bem como os avanços em acessibilidade nas urnas eletrônicas. Os observadores acompanharam a abertura das seções eleitorais e o fechamento

do processo, constatando uma rapidez na totalização e divulgação dos resultados, considerada exemplar pela Missão.

No segundo turno, realizado no dia 27 de outubro em 51 cidades, incluindo 15 capitais, a MOE concentrou sua observação no Estado de São Paulo, cobrindo 18 municípios que precisaram retornar às urnas. No Brasil, vence o candidato que obtiver 50% + 1 dos votos válidos. O relatório destacou a organização e o papel do TSE e do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), que implementaram medidas de acessibilidade. Embora tenha sido elogiado o combate à desinformação, a MOE expressou preocupação com a violência política nas redes sociais e sugeriu o fortalecimento da colaboração entre autoridades e plataformas digitais.

A MOE destacou a organização e transparência do processo em ambos os turnos, reafirmando o compromisso de acompanhar o processo eleitoral até a diplomação dos eleitos. Leia aqui o relatório completo.

Parlamentares do MERCOSUL durante a Missão de Observação Eleitoral no 1º Turno no Rio de Janeiro.



Conheça seus benefícios

DO ESTATUTO DA CIDADANIA DO MERCOSUL

Cooperação judicial e consular

Os cidadãos e residentes permanentes de um país do MERCOSUL terem direito à legítima defesa nas mesmas condições que os cidadãos e residentes permanentes de outro país do bloco.

NÃO FIQUE SEM DEFESA

Trabalho e emprego

O MERCOSUL põe em prática políticas ativas de trabalho decente, pleno emprego produtivo e de desenvolvimento de empresas sustentáveis nos países que o integram, e direitos a igualdade de oportunidades de trabalho.

MELHOR EMPREGO

Previdência social

O MERCOSUL incentiva políticas públicas para a proteção social de seus habitantes. Os trabalhadores do MERCOSUL têm direito a receber sua aposentadoria em qualquer um dos demais países que o integram. Os trabalhadores podem transferir seus aportes à previdência de um país membro a outro.

APOSENTADORIA REGIONAL

Cidadania do MERCOSUL

BENEFÍCIOS

Educação

O MERCOSUL promove políticas que beneficiam a mobilidade estudantil entre seus países e podem estudar cursos certificados que oferecem garantia sobre o nível acadêmico da região.

MOBILIDADE

Transporte

O MERCOSUL trabalha para promover iniciativas que facilitem a circulação de pessoas dentro dos países que o integram. Os cidadãos do MERCOSUL podem utilizar sua carteira de motorista para circular pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

LIVRE TRÂNSITO

Comunicações

Todos seus residentes têm direito a acessar a serviços de radiocomunicações e radiodifusão em boas condições. Os usuários que se encontrem em localidades do bloco, a menos de 50 km de distância entre si, podem se comunicar entre eles mediante o serviço público de telefonia básica internacional fronteiriço, com as tarifas mais econômicas possíveis. .

COMUNICAÇÃO MAIS ECONÔMICA!

O PARLASUL participa do FÓRUM MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO 2024



Matias Sotomayor
Parlamentar da
Delegação da Argentina

De 14 a 18 de outubro de 2024, foi realizado na sede da FAO, em Roma, o Fórum Mundial de Alimentação, que reuniu mais de 10.000 representantes de diversos países para discutir segurança alimentar, com foco especial na juventude e nas políticas públicas relacionadas à produção, distribuição e acesso a alimentos. A Frente Parlamentar contra a Fome do MERCOSUL, com o apoio da FAO, participou ativamente de sessões-chave e reuniões bilaterais.

Um dos principais eventos foi a Assembleia Mundial da Juventude, onde se destacou a importância dos jovens na transformação dos sistemas alimentares. Foi definido como prioridade para o MERCOSUL promover políticas que incentivem a inovação e a participação juvenil no desenvolvimento agroalimentar, por meio de uma rede que conecte parlamentos, organizações civis, academia e setor privado. Durante o fórum, também foi proposta a criação de uma Rede de Líderes Globais para o Desenvolvimento Sustentável, com foco em garantir o direito à alimentação. Essa iniciativa busca coordenar esforços entre governos, sociedade civil, setor privado e academia, compartilhando práticas bem-sucedidas para alcançar a segurança alimentar.

Nas reuniões bilaterais, foram discutidas iniciativas estratégicas com atores internacionais, como a Espanha, explorando o intercâmbio de boas práticas em agricultura e segurança alimentar; a República Democrática do Congo, para fortalecer a agricultura familiar

e promover a soberania alimentar; e a Índia, onde foram abordadas oportunidades de transferência de tecnologias e fortalecimento da pesquisa agrícola. Esses encontros ressaltaram a importância da cooperação internacional para fomentar a sustentabilidade e a inovação na região.

Além disso, em uma visita ao Vaticano, foi realizada uma conversa com o Papa Francisco sobre a situação alimentar na América Latina, recebendo seu apoio ético e moral na luta contra a fome. Em outra reunião, com o Diretor-Geral da FAO, Qu Dongyu, foi enfatizada a necessidade de reforçar a cooperação técnica e financeira para formular políticas inclusivas no MERCOSUL.

A participação no Fórum Mundial de Alimentação permitiu destacar a relevância de iniciativas como a Aliança Latino-Americana e Caribenha Sem Fome, ressaltando a importância de posicioná-la em fóruns internacionais para fortalecer o compromisso regional contra a fome. Conclui-se que as experiências e propostas apresentadas, como a rede de líderes globais e a promoção da liderança juvenil na agricultura, oferecem um caminho claro para políticas inclusivas e sustentáveis, consolidando o papel do MERCOSUL como líder regional na erradicação da fome e no desenvolvimento rural.

A Tava PATRIMÔNIO IMATERIAL DOS POVOS INDÍGENAS

Agência PARLASUL. O Patrimônio Cultural do MERCOSUL é uma categoria estabelecida para proteger e promover a diversidade cultural da região, reconhecendo sítios e manifestações que simbolizam a identidade compartilhada pelos países membros, tendo sido aprovada pelo Conselho do Mercado Comum em 6 de dezembro de 2012, por meio da Decisão CMC Nº 55/12, e atualizada pela Decisão CMC Nº 21/14, onde se reafirma o compromisso do bloco com a preservação de sua riqueza cultural.

Nesse contexto, La Tava foi reconhecida como Patrimônio Cultural do MERCOSUL em novembro de 2018, sob a Presidência Pro Tempore do Uruguai, entre outros 12 bens regionais que integram a Lista do Patrimônio Cultural do MERCOSUL.

La Tava, também conhecida como Opy Guasu, ou Casa Grande de Rezos, é um local sagrado para o povo guarani, localizado no Sítio Histórico de São Miguel Arcanjos, em São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil.

Tendo sido construída a pedido da divindade do povo Guarani, Nhanderu, com o objetivo de ser um espaço de aprendizado para os mais jovens.

Por séculos, esse lugar tem sido um centro espiritual e cultural que reflete a cosmovisão guarani, marcando sua profunda conexão com a natureza e o território. Sua importância transcende fronteiras, pois possui um valor simbólico não apenas no Brasil, mas também para as comunidades guaranis do Paraguai e da Argentina.

O reconhecimento de La Tava como Patrimônio Cultural do MERCOSUL reforça os esforços para salvaguardar não apenas o patrimônio material, mas também as tradições vivas e o patrimônio imaterial dos povos indígenas, fundamentais na construção da identidade regional. Reafirmando o compromisso do bloco em preservar os direitos culturais e espirituais das comunidades originárias, alinhando suas políticas com os princípios de diversidade e inclusão.





**PARLAMENTO
DO MERCOSUL**